

LER O ARQUIVO HOJE SEM PRÁTICAS REDUCIONISTAS***LER O ARQUIVO HOJE OUT OF REDUCIONISTIC PRACTICES***Greciely Cristina da Costa¹

RESUMO: Em seu artigo *Ler o Arquivo Hoje*, Pêcheux (1982) questiona as relações entre o aspecto histórico e psicológico ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais e o avanço das pesquisas em lingüística formal, que circulam em torno da análise de discursos. O autor aponta para a leitura calcada em duas culturas: a literária e a universitária. À primeira, tradicionalmente, sempre coube a leitura de arquivos. Embora a segunda também produza esse gesto. O fato é que se comparássemos os dois modos de ler, explicitaríamos ainda mais diferenças ao relacioná-los aos tipos de leitor: o autorizado a ler, falar, escrever em seu nome e, o outro submetido às práticas de cópia, transcrição, indexação, classificação, codificação. A alguns a tarefa de produzir leituras originais dos arquivos, isto é, interpretações; a outros, o dever de sustentar a leitura literal dos documentos. Esse movimento contraditório recobre uma relação de dominância política e ao mesmo tempo sustenta o “poder” através de atos políticos, alerta Pêcheux, neste artigo. Essa divisão do trabalho de leitura implicará na relação da sociedade com a constituição de sua própria memória histórica.

PALAVRAS-CHAVE: ANÁLISE DE DISCURSO, LEITURA, ARQUIVO.

ABSTRACT: In his article *Ler o Arquivo Hoje*, Pêcheux (1982) questions the relation between the historical and psychological aspects connected to the reading of files, the mathematical and computer aspects connected to the treatment of textual documents and the increase of researches in formal linguistics, circulating around the discourse analysis. The author points to a reading based on two cultures: the literary and academic ones. The first one is, traditionally, related to the reading of files, although the second one is also able to produce this gesture. The fact is that, if we compared both ways of reading, we could show much more differences while we are relating them to the types of readers: the person who has been authorized to read, to speak, to write on his behalf and the one who has been submitted to the practice of copying, transcribing, indexing, classification and coding. Some are given to the task of producing original readings of files, there is, interpretations, and others, are given to the duty of sustaining a literal reading of documents. This contradictory movement covers a political dominance and at the same time, maintains the "power" through political acts, says Pêcheux. This reading work division implicates the relation between society and the establishment of its own historical memory.

KEYWORDS: DISCOURSE ANALYSIS, READING, FILE.

Em seu artigo *Ler o Arquivo Hoje*, Pêcheux (1982) questiona as relações entre o aspecto histórico e o psicológico ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e o informático ligado ao tratamento dos documentos textuais e o avanço das pesquisas em lingüística formal, que

¹ Doutoranda em Lingüística (IEL/UNICAMP) greciely@gmail.com

circulam em torno da análise de discursos. O autor afirma que o aspecto cultural politicamente problemático dos “bancos de dados” dirige uma reflexão baseada em uma pesquisa multidisciplinar, que remete às “aporias de uma semântica puramente intralingüística (ou de uma pragmática insensível às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual” (PÊCHEUX, 1982: p.55).

Alguns autores estão preocupados com a questão da leitura de arquivos como esteve Pêcheux. Porém, acreditamos que esse é um assunto que deveria ser mais abordado nos dias atuais, tendo em vista a crescente quantidade e expansão de sites na internet e de outros meios digitais, que formulam ideologicamente memórias históricas, silenciando ou apagando outras, através de práticas lingüísticas reducionistas. A partir da crítica feita por Pêcheux, perguntamos: como ler os textos (arquivos) e explicitar discursos veiculados em linguagens distintas?

Ler o Arquivo Hoje alerta para o fato de ser importante considerar uma divisão teórica para o estudo e o percurso da leitura de arquivo, na qual, para Pêcheux (*op. cit.*) se torna imprescindível o entendimento dessa divisão para compreender o trajeto desse modo de ler. Segundo o autor, desde a Era Clássica duas culturas, a literária e a universitária se distanciaram, chegando a ignorar a existência uma da outra. Embora dividissem uma mesma tarefa. Por tradição, a leitura dos arquivos sempre foi uma prática desenvolvida pela cultura literária, representada por historiadores, filósofos, pessoas de letras, que mergulham em um caminho só, produzindo uma leitura singular para a construção do *seu* mundo de arquivos. As divergências existiam/existem em vários espaços culturais, entretanto, a temática da leitura “permaneceu quase sempre implícita” (*ibidem*: p.56). No entanto, afirma o autor, há motivos que levam a pensar os conflitos explícitos como resultantes dos distintos modos de ler o arquivo “entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (*idem*: p. 57).

Pêcheux admite a importância de se estudar a história da distinção dos gestos de leitura que nortearam a construção do arquivo, o acesso aos documentos e ainda a maneira de apreendê-los. Isso seria possível a partir da reconstituição das práticas de leitura marcadas nos efeitos da escritura. Com efeito, esse trabalho “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas, que organizam estas leituras, mergulhando a ‘leitura literal’ (enquanto apreensão-do-documento) numa ‘leitura’ interpretativa – já que é uma escritura” (PÊCHEUX, 1982: p.57). O que provocaria, certamente, um trabalho polêmico e produtivo ao relacionar maneiras distintas de ler o mesmo arquivo, relacionando-as às memórias históricas e às conjunturas ligadas a cada gesto de leitura.

Segundo Pêcheux (1982), há um outro modo de leitura de arquivo que remete à constituição de memórias coletivas. Esse modo de ler se dá através de dois sujeitos: um autorizado a ler, falar, escrever em seu nome; outro(s) submetido(s) às práticas de cópia, transcrição, indexação, classificação, codificação etc. Este último tipo de leitor, para Pêcheux, configura uma espécie de apagamento do sujeito-leitor devido ao lugar ser ocupado pela Igreja, pelo rei, pelo Estado que o emprega, ou seja, o representa. Neste espaço em que a leitura se desenvolve com fins estatais ou comerciais, através de gestos de leitura que supõem torná-la mais facilmente transmissível, comunicável, reproduzível surge a questão da “objetividade”, que, por sua vez junto às fórmulas matemáticas e à lógica matemática como teoria das línguas unívocas, se impõe enquanto evidência da ciência. Com isso as “necessidades da gestão administrativa dos documentos textuais de todos os tipos fizeram, assim, na primeira metade do século XX, sua junção histórica com os projetos científicos visando a construção de línguas lógicas artificiais” (PÊCHEUX, 1982: p. 58). Decorre daí a primeira onda do desenvolvimento informático, que confirmou essa junção entre 1950 e 1970. Diversos métodos de análise textual derivam desta união, que desde então, chama a atenção dos “cientistas” pelos materiais discursivos-textuais.

Para Pêcheux (*op. cit.*) houve então a divisão do trabalho da leitura a partir do distanciamento entre o literário e o científico. A alguns a tarefa de produzir leituras originais dos arquivos, isto é, interpretações. A outros, o dever de sustentar a leitura literal dos documentos, nas palavras de autor, as ditas “interpretações”. Esse movimento contraditório recobre uma relação de dominância política e ao mesmo tempo sustenta o “poder” através de atos políticos. Este trabalho está se reorganizando atualmente, a

lógica das classificações autoriza o desvio da atividade matemática pela gestão administrativa, ou seja, pelo funcionamento de “máquinas” cuja memória é constituída exclusivamente de lembranças, listas e quadros: a palavra ‘IBM’ está aí para nos lembrar que a informática tem, espontaneamente, parte ligada à burocracia administrativa (PÊCHEUX, *idem*: p. 58-59).

Essa divisão do trabalho de leitura implicará na relação da sociedade com a constituição de sua própria memória histórica. Neste contexto, a ambigüidade da palavra “aprender a ler e a escrever” associa-se a outra que remete à informática. Essa associação, por sua vez, difunde, sob certas condições da análise discursivo-textual, a possibilidade “de uma expansão dos privilégios ‘literários’ da leitura interpretativa em amplos setores onde (como por exemplo, discursos

políticos de uma parte, publicitários de outra, o provam [...] a prática da ‘leitura literal’ se mostra perfeitamente insuficiente” (PÊXHEUX, 1982: p. 59-60).

Em contrapartida, pode-se assistir a uma restrição política desses privilégios, caso o essencial no campo informático seja silenciado. De acordo com Pêcheux (*ibidem*, p. 60):

não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritos em novas práticas intelectuais de massa.

Neste espaço, circulam discursos neopositivistas que explicitam dizeres sobre a construção e regularidade dos sentidos “legítimos” das palavras ancorados em uma lógica, que visa estabelecer uma semântica universal capaz de regulamentar produções e interpretações distintas, desde as vinculadas aos enunciados científicos até aos enunciados políticos. Portanto, neste ponto, tem-se a tentativa de uma regulamentação tanto da leitura quanto do próprio pensamento e, conseqüentemente, o apagamento da memória histórica.

Tocar no assunto, que Pêcheux (*op. cit.*) chama de divórcio cultural entre literatos e cientistas e levantar a questão da leitura do arquivo, significa interrogar aos dois grupos:

- ao primeiro, se ele pensa em se distanciar sempre das adversidades, que ameaçam historicamente a memória e o pensamento e se ele pretende ficar sob a tutela de seu arquivo particular;
- ao segundo, perguntar quanto tempo acha que poderá fugir da questão do saber, para que serve e quem o utiliza.

E ao fazer isso, expor uma posição, a de que a língua existe enquanto materialidade específica, muitas vezes ignorada, contornada e recusada por estas duas culturas antagônicas. A cultura literária por meio de sua familiaridade com o escrito fala em evidências, que atravessam a materialidade do texto, considerando-o transparente lingüisticamente por filósofos e historiadores. Enquanto os poetas, escritores e romancistas não se contentam em marcar e reconhecer na língua a presença ou (não) de palavras, funcionando como menções, referências ou designações. São esses “profissionais” que “dão as idéias” aos lingüistas (PÊCHEUX, *op.cit.*). Por outro lado, a cultura científica finge ignorar “tudo” do fato da língua, denegando a sua materialidade ao passo que se inscreve no espaço lógico-matemático.

A teoria que concebe a língua como materialidade específica sustenta a posição da existência da lingüística se configurando como disciplina de entremeio, não tomando partido de nenhuma das duas culturas.

A lingüística, mais especificamente, a teoria sintática, ambiciona o ideal das ciências no que diz respeito à materialidade específica de natureza formal. No entanto, esta materialidade resiste no interior às evidências da lógica natural ou matemática. A materialidade da sintaxe é:

realmente o objeto possível de um cálculo – e nesta medida os objetos lingüísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis – mas simultaneamente ela escapa em que, o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe (PÊCHEUX, 1982, p. 62).

O sentido escapa a todas as tentativas mecânicas ou orgânicas de reduzi-lo. Ele é *relação à*, portanto, as máquinas chamadas de inteligentes não são capazes de reduzi-lo (CANGUILHEM *apud*. PÊCHEUX, *op.cit.*, p. 62). O homem sim, pode jogar sobre o sentido, pois no jogo metafórico materializa-se a língua, que por sua vez, se inscreve na história. É neste jogo que se relacionam a língua e a discursividade. A primeira enquanto sistema sintático passível de jogo; a segunda “como inscrição de efeitos do lingüístico na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (*ibidem*, p. 63).

O trabalho com a linguagem, que visa se ater às regulamentações, meras descrições formais, aquele que cede lugar à objetividade, à facilidade do “computador” e que persegue um ideal de língua baseado na logicidade matemática, deve ser visto com cautela. Há um grande risco de se reduzir a materialidade da língua, ou mesmo ignorar sua presença frente à informatização. Dessa forma, a discursividade na materialidade da língua passa despercebida também. Condicionam-se, assim, leituras e o próprio pensamento e, conseqüentemente, a memória histórica.

É urgente um projeto que discuta, tematize a questão da “leitura-escritura do arquivo, sob diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende a apagar este trabalho”, ressaltamos fundamentados em Pêcheux (*idem*. p. 64). Há de se considerar nesse percurso (sem práticas reducionistas) a pluralidade dos gestos de leitura, que passeia neste espaço de constituição de memórias.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PÊCHEUX, Michel. (1982) *Ler o arquivo hoje*. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66